

## Escola Isolada de Xaxim (1952): história da implantação de uma instituição escolar rural no contexto da colonização da região oeste do Paraná

### Resumo

O objeto desta pesquisa é a Escola Isolada de Xaxim, uma instituição escolar rural, criada no ano de 1952, no Povoado de Xaxim, área rural do município de Toledo, no extremo oeste paranaense. A Escola foi criada mediante um acordo celebrado entre o Estado do Paraná e o Governo Municipal de Foz do Iguaçu e visava atender aos filhos dos trabalhadores rurais que residiam naquela localidade. Trata-se de um estudo histórico e documental sobre a implantação da escola. A pesquisa está situada no campo da História e Historiografia das instituições escolares. Sua realização se deu por meio da análise de documentos que descrevem a trajetória da instituição. A reconstituição da história da implantação da Escola Isolada de Xaxim permitiu constatar que a escola resultou do projeto do Governo Federal de difundir o Ensino Primário em todo o país e de nacionalizar as áreas de fronteira. Para a efetivação da pesquisa foram utilizadas as seguintes fontes: Livro-ata da escola, Boletim Mensal - documento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Foz do Iguaçu e Portarias do município de Foz do Iguaçu, todos disponíveis no acervo do Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, Paraná.

**Palavras-chave:** Educação. História da Educação. Instituições Escolares. Escola Isolada de Xaxim.

**Francielle Aparecida Garuti de Andrade**  
garuti\_andrade@yahoo.com.br

**Rodrigo Pinto de Andrade**  
pr\_rodrigoandrade@yahoo.com.br

## Introdução

Neste texto tem-se como objetivo analisar a história da implantação da Escola Isolada de Xaxim, instituição pública, localizada no Povoado de Xaxim, localidade da área rural do município de Toledo, no extremo oeste paranaense. Foi fundada no ano de 1952 mediante um convênio entre o Estado do Paraná e Prefeitura municipal de Foz do Iguaçu. Quando da fundação da escola, o Povoado do Xaxim fazia parte de uma importante rota de comércio da região que ligava o recém-formado município de Toledo ao Porto Britânia, local de onde os cereais e a madeira eram escoados para a Argentina, Paraguai e para outros Estados brasileiros. Essa foi a primeira estrada que a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - empresa privada responsável pela colonização do oeste do paranaense, abriu na região. O Povoado de Xaxim distava aproximadamente cinco quilômetros do núcleo urbano de Toledo.

As atividades escolares foram iniciadas com 21 alunos sob a regência da professora Vilma Cerutti e duraram até o início da década de 1960, período em que as atividades do Porto Britânia já tinham sido encerradas e o fluxo de pessoas na localidade diminuído. Na década de 1960, após o fortalecimento do núcleo urbano de Toledo e o êxodo rural em toda região Oeste do Paraná, a demanda escolar nas localidades rurais diminuiu e a escola encerrou suas atividades.

A pesquisa foi realizada mediante análise de documentos que descrevem o processo de criação, funcionamento e trajetória da escola. Para a efetivação da pesquisa foram utilizadas fontes como: Livros-ata de Exames Finais, Documento da Diretoria Geral da Educação de contratação da professora que atuou na instituição; Boletim Mensal da Secretaria de Educação e Cultura de Foz do Iguaçu, Fotos da escola da década de 1950, todos disponíveis no acervo do Museu Histórico Willy Barth, no município de Toledo, PR.

Para discutir a temática proposta, inicialmente será analisada a trajetória da pesquisa sobre instituições escolares no Brasil. Em seguida, será estudada a colonização e a escolarização da região Oeste do Paraná no período da criação da Escola Isolada de Xaxim (1940-1960). Posteriormente será discutida a questão da educação rural no Brasil e

no oeste paranaense. Por fim, será abordada a implantação da Escola Isolada de Xaxim. Serão analisados alguns elementos que constituem a História das Instituições Escolares, a saber: quadro de professores, prédio escolar e grade curricular, entre outros.

## 1. A pesquisa sobre instituições escolares no Brasil

A pesquisa sobre instituições escolares tem ganhado amplo espaço nos Programas de Pós-Graduação em Educação em várias localidades do país. Desde a década de 1990, a temática que discute a história e a historiografia das instituições educativas têm atraído um considerável número de pesquisadores, em sua maioria, vinculados à história da educação (ARNAUT DE TOLEDO, ANDRADE, 2013). A possibilidade de se escrever a História da Educação brasileira e regional sob um prisma diferente daquele que dá espaço apenas às narrativas emanadas de documentos oficiais, tem sido um importante elemento motivador para as pesquisas sobre instituições escolares. É uma proposta de pesquisa que visa à valorização das peculiaridades regionais sem desconsiderar as dimensões nacionais. Entende-se que ao analisar as características de uma determinada instituição, espacial e geograficamente determinada, nasce a possibilidade de conhecer o contexto histórico/político e social que a criou (ANDRADE, 2011).

O número de novos objetos que são analisados a partir da sua historicidade tem crescido consideravelmente. Novos temas, como: instituições escolares, práticas educativas, políticas educacionais, educação rural, educação indígena, educação especial, educação à distância, entre outros, entraram na pauta da historiografia da educação.

A instituição é produto da ação humana. Ela é voltada para atender necessidades presentes. No caso das instituições escolares, especificamente, é correto dizer que elas surgem para atender necessidades humanas, pois não é toda e qualquer necessidade que requer a existência de uma instituição. Segundo Saviani, a palavra instituição guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem. A instituição se apresenta como uma estrutura material e é constituída para atender às necessidades humanas. As instituições são criadas como unidades de ação para satisfazer necessidades humanas. Pode-se dizer que uma instituição é criada para

permanecer. As necessidades passageiras, de caráter conjuntural, são normalmente atendidas sem se recorrer à atividade institucionalizada (SAVIANI, 2013).

Cabe destacar que as instituições não são entidades isoladas da realidade social, mas, são produtos de determinações exteriores. As instituições escolares se constituem a partir da história dos homens em meio ao processo de produção da vida social. José Luís Sanfelice afirma que “as instituições não são recorte autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional” (SANFELICE, 2007, p. 78-79).

Cabe ao pesquisador que se propõe a analisar uma instituição educativa, comprometer-se a discutir não apenas o funcionamento e as práticas pedagógicas daquela escola, mas, averiguar as múltiplas dimensões que cercaram sua implantação, consolidação e desenvolvimento, ou seja, a escola não deve ser estudada como fim em si mesma. Justino Magalhães afirma que

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1996, p.2).

O autor destaca que os estudos sobre instituições escolares devem contemplar três indissociáveis aspectos, a saber: a materialidade (o instituído): projeto arquitetônico, prédio, seus equipamentos, material didático e estrutura organizacional. A representação (a institucionalização): papel desempenhado pela instituição escolar, envolvendo a tradição, os modelos pedagógicos, currículo e funcionamento institucional. A apropriação (a instituição): as práticas pedagógicas propriamente ditas, os referenciais pedagógicos que norteiam as práticas, e a identidade da escola e dos atores envolvidos nela (MAGALHÃES, 2004). Nesta mesma direção, Maria Elizabeth Blank Miguel, destaca a importância de se considerar o contexto econômico-cultural em que a instituição está inserida e as políticas educacionais que a orientam, em sua percepção, a história das instituições só tem significado “quando compreendida à luz das políticas educacionais” (MIGUEL, 2007, p. 34).

Ao propor analisar os elementos ensejadores da criação de uma instituição, bem como sua história, seu público alvo, suas propostas, sua arquitetura, entre outros aspectos, é possível analisar os pressupostos educacionais da época, pois as instituições escolares evidenciam a cosmovisão de uma época e defendem um projeto educativo calcado em valores vigentes na sociedade. As instituições, não existem separadas da realidade sócio/histórica, cultural e política que as produzem. As instituições escolares não existem somente como expressões singulares, particulares, mas, como participantes de projetos históricos vinculados á determinadas visões de mundo (ARAUJO, 2007).

Assim, o processo de historiar uma instituição educativa não terá muito sentido se não houver uma articulação entre o singular (instituição escolar) e o geral (contexto histórico), pois cada instituição educativa acompanha o desenrolar da sociedade conforme a produção da época. As instituições são compostas por elementos que estão associados à formação da sociedade. O movimento no interior da instituição escolar, via de regra, reflete o movimento social onde ela está inserida, fundada na atividade econômica, porque cada período, concretamente, produz a relação sócio-educativa que lhe é própria (ALVES, 2007). A escola possui uma capacidade de, ao mesmo tempo em que recebe interferência do geral e do particular, exercer, também, certa influência sobre eles.

## 2. Colonização e escolarização na região Oeste do Paraná no período da criação da Escola Isolada de Xaxim (1940-1960)

A região Oeste do Paraná viveu vários períodos em seu processo de colonização. Esse fato se deve, sobretudo, à sua localização em área de fronteira. A região faz fronteira com Argentina e Paraguai. Segundo Ruy Wachowicz, o oeste paranaense pode ser assim delimitado: “o território compreendido entre os rios Guarani, Iguaçu, Paraná e Piquiri” (WACHOWICZ, 2001, p.233).

Em tese de doutoramento defendida em 2004, na Universidade Federal Fluminense, Vander Piaia descreve a ocupação da região Oeste do Paraná em quatro fases distintas, a saber: a primeira fase remete à ocupação indígena; a segunda está

relacionada ao período em que os jesuítas se instalaram na região. A terceira fase teve início com a introdução e consolidação do sistema obragero, que pretendeu explorar a madeira e a erva-mate. A última fase se refere à ocupação liderada pelas companhias colonizadoras (PIAIA, 2004).

No final do século XIX e início do século XX, a região era pouco explorada. Esse cenário mudou na medida em que companhias argentinas e inglesas se radicaram nessas terras, dando início à extração da madeira, da erva-mate e de outros produtos de origem agrícola.

Em 1905, o governo brasileiro vendeu parte das terras localizadas à margem do rio Paraná, consideradas devolutas, para um grupo de capitalistas ingleses, que formou a Companhia de Maderas Del Alto Paraná, em 1907, e passou a explorar e exportar a erva-mate da região Oeste do Paraná. À época, a intenção da companhia era prioritariamente a exploração da região, por isso, não havia nenhum projeto claro de ocupação. Era a implantação do sistema de obrages na região. Conforme Marcelo Grondin,

Em resumo: as obrages nada mais foram do que imensos domínios rurais que se estabeleceram, primeiro no norte argentino e, posteriormente, no oeste do Paraná e na parte sul do Estado do Mato Grosso para a exploração da erva-mate e da madeira, empregando, geralmente, mão-de-obra paraguaia, denominada “mensus”, em sistema de quase escravidão (GRONDIN, 2007, p. 41).

A região foi habitada nesse período, por paraguaios e argentinos. Havia pouca interferência das autoridades brasileiras. Esse é o contexto do nascedouro do sistema obragero, que daria a tônica da colonização que se aplicaria na região. Devido ao isolamento da região, o modelo de obrages durou meio século no Oeste do Paraná. As obrages, entre os anos de 1925 e 1937, encerraram suas atividades extrativas.

Com a crise na comercialização da erva-mate, a decadência do sistema de obrages e os interesses, tanto do Governo Federal como de empresários ligados ao governo, de nacionalizar as fronteiras, nos anos de 1930, 1940 e 1950, a reocupação e colonização do oeste paranaense se intensificou. O governo do presidente Getúlio Vargas entendia ser necessário o desbravamento do campo para acelerar a industrialização por isso, as ações

oficiais do Governo visavam sempre o fortalecimento do Estado e a integração do país. Nesse momento, o Nacionalismo ganhou força. Medidas administrativas que fundiam os interesses de empresários e os interesses governamentais passaram a ser priorizadas e as regiões de fronteiras do país foram ocupadas mediante ostensiva atuação de empresas colonizadoras (ANDRADE, 2011). Eram empresas nacionais com experiência em empreendimentos colonizatórios em outros Estados da região Sul do país que firmaram acordos com o governo estadual para explorarem a terra e a venderem em pequenas propriedades. A atuação dessas empresas colonizadoras teve início a partir de 1940 (SCHNEIDER, 2001). Pode-se dizer que todo o processo de ocupação e colonização do Oeste do Paraná não se deu isoladamente, mas fez parte de uma conjuntura histórica que o favoreceu. Não esteve desassociado do contexto político-econômico nacional e internacional.

No Oeste do Paraná, o processo de escolarização está intimamente associado ao processo de ocupação da região. Segundo Ivo Oss Emer, Emer a escolarização da região Oeste do Paraná passou por quatro fases distintas, a saber: escolarização Particular Domiciliar; Casa Escolar Particular, Casa Escolar Pública e Grupo Escolar.

De acordo com Emer, a primeira fase foi à escolarização particular realizada por uma pessoa do grupo que apresentasse condições mínimas de ensinar algumas crianças a ler, escrever e calcular, os objetivos dessa educação eram traçados pelos pais. E este tipo de instrução não deveria ser confundido com aquela em que os pais instruíam os filhos, quando tinham tempo de fazê-lo, e que o realizavam sem uma regularidade no ensino (EMER, 2004).

A segunda forma de instrução, a casa escolar particular: caracterizou-se como uma escola construída e mantida por um grupo de pioneiros. Neste tipo de escolarização o professor deveria ter uma melhor qualificação. Emer esclarece que:

A Casa Escolar Particular construída e mantida pelo grupo social pioneiro em cada uma das localidades não era oficial. Era construída para ser o local da instrução e para ampliar a capacidade de atendimento a mais crianças. Do professor era exigida uma melhor qualificação e a Casa Escolar deveria funcionar tecnicamente bem [...] Os grupos sociais não esperavam que o poder público resolvesse o problema da educação, eles



construíam sua escola, contratavam e pagavam seu professor e produziam a educação por eles percebida como necessária (EMER, 2004, p.10).

O terceiro modelo foi a Casa Escolar Pública. Esta modalidade de instrução se deu principalmente nos núcleos urbanos, e nas comunidades rurais. Era oficializada, pois o Poder Público viabilizava suas edificações e remunerava os professores. Os alunos eram submetidos a exames públicos, elaborados por órgãos competentes, para que confirmassem a escolarização realizada a nível primário, também, “um certificado contribuía para conquista de espaço social, no contexto da já ampla divisão do trabalho” (EMER, 2004, p.10).

O quarto estágio foi o Grupo Escolar, nos moldes europeus e americanos de instrução e de difusão da educação popular. Foi um modelo de instrução que se instituiu no contexto da urbanização dos municípios que exigiam mais investimentos na área da educação. O Grupo Escolar Público esteve articulado ao projeto nacional de educação, por meio da propagação da educação pública, que associava o desenvolvimento do país à escolarização. Os conteúdos eram estipulados pelo Sistema Nacional de Ensino (EMER, 2004).

Evidencia-se, portanto, que a escolarização na região Oeste do Paraná passou por fases distintas e compreendeu distintos modos de instrução ao longo do processo de colonização. As instituições educativas foram gestadas a partir da realidade do interior dos núcleos de colonização, oferecendo um formato de educação muito peculiar em cada período, sempre atendendo aos interesses políticos e econômicos dos diferentes grupos sociais: os colonos, os agricultores, os imigrantes europeus, os latifundiários ou outros segmentos.

### 3. A educação rural no Brasil e no oeste paranaense

A escola rural foi um fenômeno educativo que ganhou destaque em todas as regiões do Brasil na década de 1930 com a emergência de ideais ligadas a corrente de pensamento denominada de ruralismo pedagógico, cujos pressupostos centrais residiam na implantação de uma escola rural que considerasse as peculiaridades de cada região e



deveria propiciar uma formação para o trabalho na terra, pois dela deveria vir a subsistência para o homem do campo. De acordo com Sérgio Celani Leite, as primeiras tentativas de consolidação da educação rural se desenvolveram na sociedade brasileira “por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo” (LEITE, 2002, p. 28). Adonia Antunes Prado salienta que

O ruralismo pedagógico apresentava-se como ‘uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que formulavam ideias que já vinham sendo discutidas desde a década de 1920 e que resumidamente consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas do setor rural. Este pensamento privilegiava o papel da escola na construção de um ‘homem novo’, adaptado à nova realidade brasileira e de uma relação ‘homem rural/escola’ pretensamente nova (PRADO, 2000, p. 50).

As propostas do ruralismo pedagógico estavam alicerçadas num ideário que recusava a unificação do modelo escolar e preconizava um modelo de escola que se voltasse para atender às necessidades educacionais do campo como realidade sócio/cultural específica. A política destinada à educação rural tinha como principal objetivo aproximar a escola de tarefas práticas e das necessidades imediatas da população do campo. Acrescia-se ainda, a concepção de que educar era fixar e adaptar o homem à terra (PRADO, 1995). Os pressupostos do ruralismo pedagógico estavam associados a uma ideia de que o valor da escola rural estava para além da ação educativa, ou seja, tinha finalidade de realizar um trabalho cívico, patriótico e com fins econômicos.

Na década de 1950, destacam-se a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e o Serviço Social Rural (SSR), que desenvolveram projetos que visavam preparar professores com habilidades técnicas para educação rural e programas nas áreas de saúde, economia doméstica, artesanato e trabalho. Tanto a CNER como a SSR estavam a serviço de uma ideologia que propunha a modernização do campo por meio de ações assistencialistas. Estes programas criados para educação rural receberam forte influência de modelos educacionais dos Estados Unidos da América que tinham a intenção de integrar o camponês ao mercado de consumo. A origem desta vertente fundamentava-se

no pensamento latifundialista empresarial que previa o assistencialismo e o controle político sobre a terra e sobre as pessoas que viviam e dependiam dela.

O ideário do ruralismo pedagógico que vigorava em muitas regiões do país nesse período, propunha oferecer respostas às tensões sociais que resultavam do êxodo rural e da inchação das cidades, que por sua vez, não estavam preparadas para absorver a mão de obra disponível. A educação foi utilizada como subsidiária de uma ideologia, qual seja, fixar o homem na terra, por meio da adaptação de programas e currículos ao meio rural que reforçavam os valores camponeses.

O processo de escolarização do oeste paranaense se deu sob égide do Estado Novo. As propostas governamentais de nacionalização das fronteiras e de difusão do Ensino Primário para todos os rincões do país exerceram papel importante na criação de escolas rurais na região. Quando de sua colonização, décadas de 1940 e 1950, o Oeste do Paraná era uma região habitada majoritariamente por pessoas que viviam na área rural. O migrante que chegava à região, vinha em busca de oportunidade de trabalhar na terra, comprava pequenos lotes para desenvolver a agricultura familiar de subsistência. Os núcleos urbanos eram criados e, ao redor deles, os povoados, localidades com algumas famílias que desenvolviam atividades agrícolas de subsistência. Nessas localidades o poder público e a iniciativa privada, sobretudo as igrejas, construía escolas para atender aos filhos dos colonos em idade escolar. É nesse contexto que a Escola Isolada de Xaxim foi criada mediante o “convênio celebrado entre o Estado do Paraná e Governo Municipal de Foz do Iguaçu” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 1952).

#### 4. A criação da Escola Isolada de Xaxim (1952)

Ao analisar a Escola Isolada de Xaxim, faz-se necessário considerar o período de sua criação, início da década de 1950. Justino Magalhães diz que para a apreensão e explicação da realidade histórica de uma instituição escolar, é necessário integrá-la no sistema educativo mais amplo, na comunidade e na região onde a instituição desenvolveu e/ou desenvolve suas atividades (MAGALHÃES, 2004). Entende-se que a apreensão de uma instituição passa, necessariamente, por uma análise da totalidade. O singular

(escola) não existe por si, pois está contido no universal e, o universal, por sua vez, não está separado das contraditórias relações das múltiplas singularidades. Assim, o estudo das instituições escolares acrescenta conhecimentos históricos à história da educação quando se ocupa de apresentar as peculiaridades dentro da totalidade histórica (SANFELICE, 2009).

Ao averiguar o cenário político-educacional da época, é possível perceber que o Brasil vivia uma época de transição política e econômica. No campo político, o Governo de Getúlio Vargas, pautado pelo Nacionalismo e pelo avanço econômico, voltou-se para o progresso econômico brasileiro por meio da expansão da indústria, fortalecimento da burguesia nacional e consolidação do capitalismo no país em modernização. Essa visão de progresso provocou ondas migratórias do campo para as cidades, o que resultou num significativo aumento de trabalhadores nas cidades.

A educação escolar neste período se voltou para a formação de pessoas para o trabalho na cidade. Ao averiguar o cenário político da época, é possível observar que o Brasil vivia um período de transição quanto à questão educacional. As Leis Orgânicas de Ensino, criadas em 1942, durante o Estado Novo, regulamentavam a educação escolar. Segundo Dermeval Saviani, a estrutura educacional no período do Estado Novo, “previu o ensino primário elementar com duração de quatro anos acrescido do primário complementar de apenas um ano” (SAVIANI, 2008, p. 269). A Constituição Federal de 1937 reduziu a responsabilidade do Estado, diferindo da Constituição de 1934, que preconizava que a educação era direito de todos e sua provisão uma obrigação do poder público. Foi proclamada uma nova ideologia educacional, que apontava a escola como elemento essencial no processo de reconstrução da sociedade brasileira. Era defendida a necessidade de uma reorganização do ensino. Nesse período, a proposta era a difusão do Ensino Primário para todas as camadas da população brasileira.

A ideologia educacional predominante no período foi a Escola Nova. O ministro da educação do Governo Provisório, Francisco Campos (1891-1968), era “[...] integrante do movimento da Escola Nova [...]” (SAVIANI, 2008, p. 195). Os postulados dos defensores da Escola Nova assinalavam uma transformação da sociedade brasileira por meio da atividade da escola.

Nesse contexto geral de desenvolvimento industrial e econômico do Brasil e de expansão do Ensino Primário para todas as camadas da população brasileira como instrumento de crescimento econômico e social do país, a Escola Isolada de Xaxim foi criada. A instituição surgiu para atender aos interesses governamentais que, à época, pretendia expandir o Ensino Primário em todas as regiões do país e marcar presença naquela região estratégica do ponto de vista político e econômico. Nesse sentido, a afirmativa de Ester Buffa vem a calhar: “na história das instituições escolares aninha-se, de fato, a filosofia educacional da sociedade que as cria e as mantém” (BUFFA, 2002, p. 27).

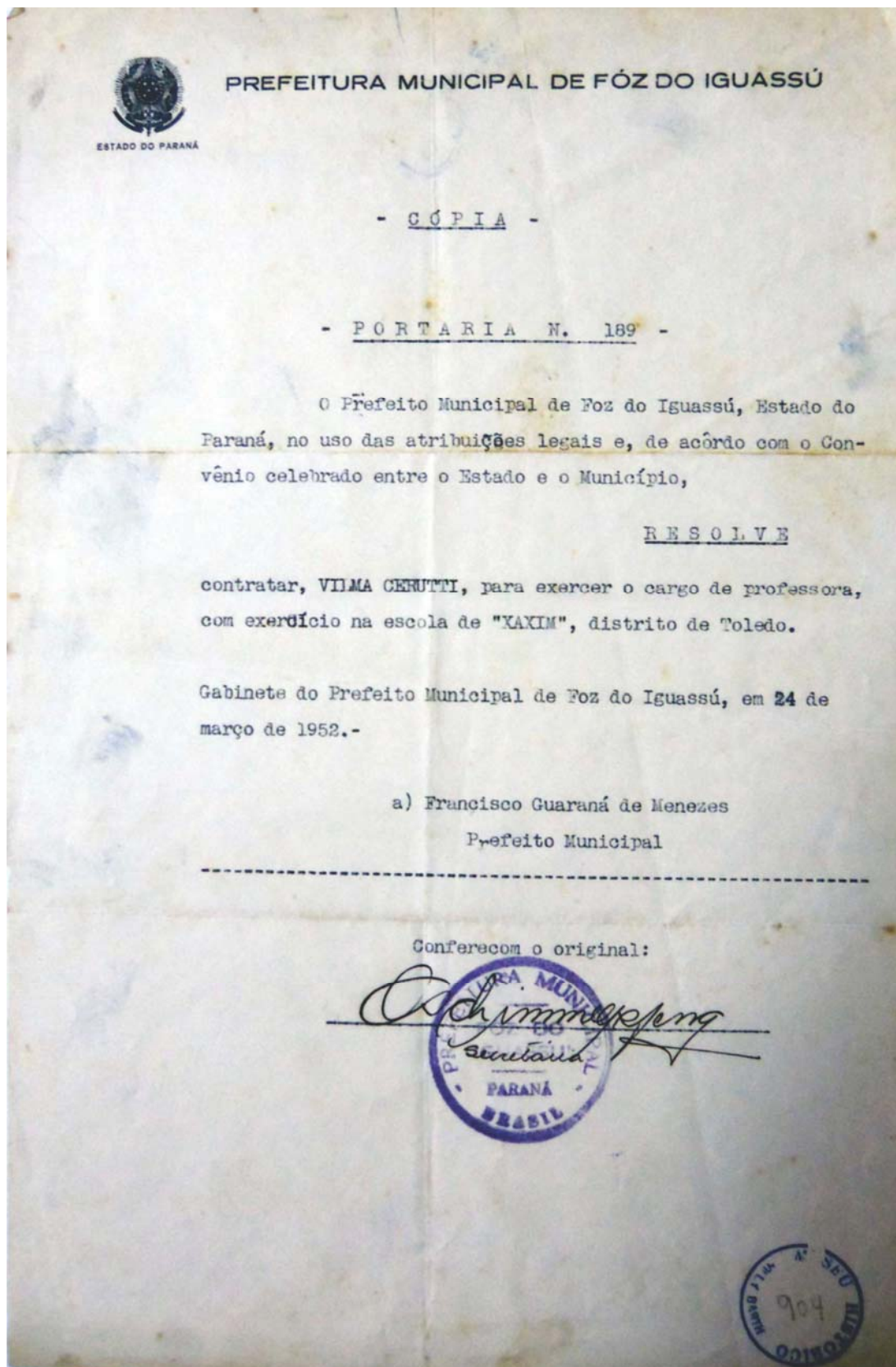
Segundo consta da Ata Exames do primeiro ano funcionamento da instituição, lavrada em 22 de dezembro de 1952, as atividades da Escola Isolada de Xaxim tiveram início em 31 de março de 1952 (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU, 1952). Sua organização pode ser assim descrita:

#### 4.1 Professores

Na pesquisa sobre uma instituição escolar não é pertinente abdicar da análise referente à composição do seu corpo docente. A atuação dos professores na instituição, sua formação acadêmica e suas trajetórias são importantes no processo de reconstituição histórica de uma determinada escola (NOSELLA; BUFFA, 2009). Tendo em vista que nossa pesquisa sobre a Escola Isolada de Xaxim visa estabelecer a conexão objetiva entre as particularidades da escola e a sociedade que a produziu, não será desconsiderado este tão importante aspecto de sua história: seus mestres.

A documentação registra a presença de uma única professora que atuou na instituição durante o período de 5 anos, de 1952 a 1956, a professora Vilma Cerutti foi contratada pela Diretoria Geral da Educação de Foz do Iguaçu, em 24 de março de 1952 (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 1952).

A seguir, cópia do documento que atesta a contratação da professora Vilma Cerutti pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.



**Figura 1:** Prefeitura municipal de Foz do Iguaçú: contrato da professora Vilma Cerutti, 1952.  
Fonte: Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR.



Após o ano de 1956, a professora Vilma Cerutti deixou o trabalho na escola, mas continuou residindo na cidade de Toledo, Pr. Atualmente a localidade onde a escola estava construída ainda tem algumas famílias de agricultores e a professora Vilma Cerutti reside na cidade e não mais área rural.

#### 4.2 Quadro de alunos

Em relação ao corpo discente da instituição, é fato que sua análise pode ser um ponto interessante para discutir sua relevância social, bem como a proposta de educação que ela visava ofertar, pois, pode servir de subsídio no processo de apreensão do formato de educação escolar que a instituição desenvolveu (BUFFA, 2007).

Segundo consta da Ata de Exames Finais do ano de 1952, documento elaborado pelas examinadoras: Irmã Helena e Irmã Aracy Mendes, para a Secretaria de Educação e Cultura do município de Foz do Iguaçu de março em 22 de dezembro de 1952, a escola terminou seu primeiro ano letivo com um total de 21 alunos, todos residentes na Localidade de Xaxim (ESCOLA ISOLADA DE XAXIM, 1952).

Em 1952, a Escola Isolada de Xaxim iniciou as turmas da seguinte forma:

Série/turma	Sexo masc.	Sexo fem.	Total de alunos
1ª série	06	05	09
2ª série	04	04	08
3ª série	02	02	04
Total			21

**Quadro 1** – Escola Isolada de Xaxim (1952)

Fonte: Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR.

No primeiro ano das atividades escolares da Escola Isolada de Xaxim o número de reprovados foi bem pequeno (ESCOLA ISOLADA DE XAXIM, 1952). Ao finalizar o ano letivo, o número de alunos reprovados foi:

Série/turma	Alunos reprovados	Total de alunos
1ª série	02	09
2ª série	03	08
3ª série	00	04
Total de reprovados	05	21

**Quadro 2** – Escola Isolada de Xaxim: alunos reprovados da Escola Isolada de Xaxim (1952)

Fonte: Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR.

No ano subsequente, não foram encontrados documentos relacionados às atividades escolares. Após o encerramento das atividades da instituição, no final da década de 1950, muitos documentos foram perdidos e/ou incinerados.

### 4.3 Prédio e espaço escolar

Prédios e monumentos podem, indubitavelmente, ser considerados documentos no processo de reconstrução histórica de uma instituição escolar. Segundo Ester Buffa, “pode-se compreender a instituição escolar pela ótica da construção de seu espaço” (BUFFA, 2007, p. 156). Antonio Viñao Frago e Agustín Escolano, ao discutirem o papel da arquitetura das escolas, afirmam que

A aceitação da necessidade de um espaço e de um edifício próprios, especialmente escolhidos e construídos para ser uma escola, foi historicamente o resultado da confluência de diversas forças ou tendências (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 90).

O prédio escolar é a primeira imagem que vem à mente quando se fala em escola. Cleide Almeida e Luis Octavio Rocha são assertivos quando dizem que “como transmissão silenciosa, a arquitetura veicula os símbolos de cada momento histórico” (ALMEIDA; ROCHA, p. 2009, 06).

A escola ocupa um espaço. A despeito de ser projetado ou não para o uso específico de uma instituição escolar, se o espaço existe deve ser ocupado e usado. Por isso, deve ser considerado e é passível de investigação. Informações relevantes sobre a instituição que se pesquisa podem estar aninhadas na arquitetura escolar.



A seguir, foto dos alunos da Escola Isolada de Xaxim.



**Figura 2:** Foto da primeira turma da Escola Isolada de Xaxim 1952.  
Fonte: Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR.

Segundo consta do “boletim mensal”, documento elaborado em 30 de março de 1952, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prédio da Escola Isolada de Xaxim era paroquial, ou seja, cedido pela Igreja Católica daquela localidade para o uso da escola (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU, 1952).

#### 4.4 Currículo Escolar

Entende-se por currículo escolar uma prática social complexa, construída historicamente, a partir de relações sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, o currículo não se restringe apenas às questões internas das instituições educativas, mas sua configuração recebe influência do contexto geral. Desde as políticas administrativas voltadas à educação até a elaboração de materiais didáticos, são subjacentes ao currículo escolar. Um currículo é organizado em uma dada sociedade e num momento histórico específico, desse modo, reflete os valores que essa sociedade deseja inculcar no homem ideal que ela pretende formar.

Não há registros das matérias ensinadas Escola Isolada de Xaxim no início de suas atividades escolares em 1952. No entanto, na Ata de Exames desse ano, consta a existência das seguintes disciplinas em sua grade curricular: Linguagem; Ciências Sociais; Matemática e Trabalhos Manuais (ESCOLA ISOLADA DE XAXIM, 1952).

Outro fator sobre o currículo da Escola Isolada de Xaxim que merece destaque é o modelo de classe multisseriada. As classes multisseriadas foram justificadas pela declaração de falta de recursos e de pessoal. As escolas, especialmente as rurais, utilizavam deste recurso. O discurso oficial atesta que essa forma de educação escolar era usada para oferecer oportunidade educacional a estudantes de pequenos vilarejos rurais.

Nas escolas que trabalhavam no formato multisseriado os alunos que pertenciam há várias séries se reuniam em única sala e ficavam sob os cuidados de um único professor. Esse modelo de ensino atendeu inicialmente a população das regiões periféricas e das áreas rurais.

## Conclusão

Pode-se dizer que a análise dos dados revelados pelas fontes aponta que a história da criação da Escola Isolada de Xaxim esteve imbricada com a história do surgimento da cidade de Toledo e com processo de colonização e escolarização da região Oeste do Paraná. Foi criada para atender aos filhos dos trabalhadores rurais que residiam naquela localidade. Ela fez parte do projeto de nacionalizar a educação nas décadas de 1930 e 1950. Essas medidas de nacionalização da educação foram coerentes com o cenário político-econômico e social que imperava no país naquele momento, ajustado ao contexto internacional adequado a este ideário.

A Escola Isolada de Xaxim fez parte do ideário do ruralismo pedagógico que vigorava em muitas regiões do país no período de sua implantação. As premissas do ruralismo pedagógico estavam associadas a uma ideia de que o valor da escola rural estava para além da ação educativa, sua finalidade era realizar um trabalho cívico, patriótico e com fins econômicos. A educação na perspectiva do ruralismo pedagógico possuía uma função estratégica, a saber: fixar o homem na terra e reforçar os valores camponeses por meio da adaptação de programas e currículos para o meio rural.

As práticas educativas da instituição estiveram em consonância com as propostas governamentais da época. A escola cumpriu o papel de consolidar o discurso do Governo Federal de difundir o Ensino Primário para todos os rincões do país, independentemente da qualidade desse ensino.

Ao concluir, é possível afirmar que a Escola Isolada de Xaxim se adequou às novas forças produtivas, que exigiam a modernização das relações de produção novas relações de produção. A educação por ela desenvolvida assumiu o papel de preparar trabalhadores que colaboraram com as propostas governamentais de nacionalização do oeste paranaense.

## Referências

### Fontes documentais

ESCOLA ISOLADA DE XAXIM. *Livro-ata: exames finais do ano letivo de 1952 da Escola Isolada de Xaxim*. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1952. 02 f.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. *Contrato da professora Vilma Cerutti pela Diretoria Geral de Educação do Município de Foz do Iguaçu*. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1952. 01 f.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Boletim mensal do mês de março de 1952 da Escola Isolada de Xaxim*. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1952. 01 f.

### Literatura de apoio

ALMEIDA, Cleide; ROCHA, Luis Octavio. **Em busca de uma proximidade entre arquitetura e educação**. Notandum Libro, n.13, 2009. Porto: Universidade do Porto. Disponível em: <[www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educacao/eventos/MEEE%202.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educacao/eventos/MEEE%202.pdf)> Acesso em: 07 jun. 2011.

ALVES, Gilberto Luiz. Em busca da historicidade das práticas escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 255 -266.

ARAUJO, José Carlos Souza. As Instituições Escolares na Primeira República: ou os Projetos Educativos em Busca de Hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 95-122.

ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História e historiografia da Escola Luterana Concórdia de Marechal Cândido Rondon (1955-1969). In: SILVA, João Carlos da, ORSO, José Paulino, CASTANHA, André Paulo, MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (Org.). **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Capinas: Alínea, 2013. p. 191-210.

ANDRADE, Rodrigo Pinto de. **História e historiografia da Escola Luterana Concórdia de Marechal Cândido Rondon (1955-1969)**. 2011. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2011.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38.

BUFFA, Ester. Os estudos Sobre Instituições Escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 151-164.

EMER, Ivo Oss. **Aspectos históricos da educação regional**. Cascavel, 2004. Mimeo.

GRONDIN, Marcelo. **Alvorecer de Toledo, na colonização do Oeste do Paraná-1946 - 49**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2007.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Contributo para a história das instituições educativas-entre a memória e o arquivo**. Braga: Universidade do Minho, 1996.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Os Arquivos e Fontes como Conhecimento da História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 31-38.

NOSELA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009.

PIAIA, Vander. **A ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum**. 2004. 213 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

PRADO, Adonia Antunes. **Intelectuais e educação no Estado Novo (1937-1945): o debate sobre a formação do professor primário rural**. Teias, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 46-55, jan./jun. 2000.



PRADO, Adonia Antunes. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo.**

*Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 5-27, 1995.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.).

**Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas: Autores Associados, 2007. p. 75-93.

SANFELICE, José Luís. **História e historiografia de instituições escolares.** Revista

HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 192-200, set.2009. Disponível em: <www.

histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13\_35.pdf> . Acesso em: 10 agos. 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-**

**metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 2. Ed. rev. e ampl.

Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. **Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira.**

**(Oeste do Paraná, 1946-1960).** 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Paraná, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a**

**arquitetura como programa.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WACHOWICZ, Christovam Ruy. **História do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.